



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUA HISTORICIDADE: OS IMPACTOS DA RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO AO LONGO DO PROCESSO DE ASCENSÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

Amanda Almeida Sá<sup>1</sup>  
Mariana Pereira e Martins<sup>2</sup>  
Lara Rodrigues Brito<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo examina compreender e analisar criticamente como o capital no seu processo de extração e ampliação da mais-valia, tende a exaurir e a desvalorizar a única propriedade do trabalhador: sua força de trabalho. Nesse sentido, dentro da contradição do sistema capitalista de superacumulação econômica de uma classe em detrimento da pauperização de outra, iremos abordar o processo de precarização do trabalho ao longo da História, e, também, as alianças e os mecanismos utilizados pela classe dominante para concretizar essa superexploração visando expandir e atender seus interesses ao longo do processo de consolidação capital. Nesse contexto, verificamos e identificamos como a reestruturação produtiva e a reorganização das relações de trabalho, alteram o processo de trabalho e a vida cotidiana do trabalhador, assim evidenciando a luta de classes, e, conseqüentemente o conflito de interesses entre elas.

**Palavras-chaves:** trabalho, precarização do trabalho, desigualdade sexual, imperialismo, luta de classes.

**Abstract:** This article examines the understanding and critical analysis of how capital in its process of extracting and increasing surplus value tends to exhaust and devalue the worker's sole property: his or her workforce. In this sense, within the contradiction of the capitalist system of economic overaccumulation of one class to the detriment of the pauperization of another, we will address the process of precarization of labor throughout History, as well as the alliances and mechanisms used by the ruling class to concretize this superexploration aiming to expand and serve their interests throughout the process of capital consolidation. In this context, we verify and identify how the productive restructuring and the reorganization of labor relations, alter the work process and the daily life of the worker, thus evidencing the class struggle, and consequently the conflict of interests between them.

**Keywords:** work, precariousness of labor, sexual inequality, imperialism, class struggle.

### 1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo se constrói por analisar o materialismo histórico global e a complexa relação de classes sob um ângulo dialético-crítico permeado pela conjuntura socioeconômica (infraestrutura) e pela configuração global da cultura, regimes políticos, morais e de costumes, (superestrutura) que se estabeleceriam no alicerce produtivo capitalista. A centralidade de toda análise se fortalece na compreensão de como o modelo

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: laraodrito@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: laraodrito@gmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: laraodrito@gmail.com.

capitalista, desde seu berço como modelo econômico hegemônico, intensificou o antagonismo entre as classes sociais (aqui tomaremos por ênfase a relação das duas classes fundamentais no modo de produção capitalista, a classe proletária e a burguesa).

A transição do período feudal para o capitalista evidencia as primeiras amostras de como o novo sistema transformaria a razão humana em relação ao meio que se insere, tal qual, não seria esta, como se mostra factualmente, uma transformação positiva. Mostrar-se-imos aqui historicamente como o modo de produção capitalista extorque a classe trabalhadora lhe enxugando seus meios de subsistência deixando-a mercê da própria sorte.

Nesse processo de expansão do capital, o papel estatal foi essencial para sua consolidação, auxiliando na usurpação do trabalho alheio e subsidiando o processo de reestruturação nas crescentes crises cíclicas capitalistas.

## **2. A INSTALAÇÃO DA MAQUINARIA NO PROCESSO PRODUTIVO E A SUJEIÇÃO DO TRABALHADOR**

No período manufatureiro as ferramentas movidas pela força humana, se inseriam como cobiça para a produção das mercadorias, até então confeccionada pelos artesãos de um modo extraordinariamente manual cuja venda se realizava pelos comerciantes. Confeccionava o homem todo utensílio, ao mesmo tempo em que executa e opera determinada ação, emprega sua força como um movimento motriz, repará-lo-ia seus próprios erros e estaria condicionando a si próprio o tempo e intensidade de trabalho.

O prospecto do tempo faz com que tais meios de força motriz humana entrassem em liquidez, sendo substituídas por forças naturais e exógenas ao homem como meios de propugnar o funcionamento de um processo produtivo, no início da Revolução Industrial se deu o desenvolvimento da maquinaria que consistia em três partes diferentes: “a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina ferramenta – ou máquina de trabalho” (MARX, 2013).

A grande indústria então, com o desenvolvimento das máquinas constrói novos instrumentos de trabalho e a maquinaria se apropria da fabricação das máquinas-ferramentas e do trabalho coletivo, já que o sistema de máquinas forma uma cadeia produtiva em série. Marx ressalta que as instalações dos maquinários industriais não tinham por finalidade diminuir a carga horária do trabalhador, mas sim baratear as mercadorias, reduzir a jornada de trabalho e por fim, a produção do mais valor.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista, ainda segundo o autor, toma como ponto inicial a força de trabalho manufatureira até a grande indústria. Estabeleceria o processo manufatureiro então pela relação do homem com a ferramenta, e na grande

indústria com a maquinaria, cuja tal não cria valor, mas o transfere para o produto tendo sua produtividade medida pelo grau que substitui o trabalho humano. A finalidade da maquinaria então não é dar alívio ao sofrimento do trabalhador e sim aumentar o lucro dos capitalistas.

Na ótica Marxista, os efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador se deram pela substituição da força de trabalho por maquinários e a diminuição do custo de reprodução do trabalhador. Para a criação do mais valor nesse modo, o trabalhador tem que produzir mais e mais.

Marx ressalta que o prolongamento da jornada de trabalho é justificado pelos capitalistas pela facilidade proporcionada ao trabalhador pela maquinaria. Portanto, crianças e mulheres que possuem menos força muscular podem manusear as máquinas. Com isso, há um aumento na quantidade de trabalhadores que cria mais trabalho não pago e o aumento da mais valia absoluta, ou seja, quando se tem um número maior de trabalhadores e um aumento na jornada de trabalho, os trabalhadores não “sentem tanto” e é nessa lógica que o capitalista lucra cada vez mais.

O prolongamento da jornada de trabalho é seguido pela intensificação do trabalho. A maquinaria faz por descartar o velho sistema de divisão do trabalho. Agora a luta do trabalhador segundo Marx é contra o próprio meio de trabalho e o modo material existente no capital. A máquina destrói a condição de vida dos trabalhadores, com um sistema de produção capitalista que tem como base a “compra” da força de trabalho como mercadoria. Havia, então uma teoria entre os economistas, que declarava uma compensação relativa ao fato de os trabalhadores perderem seus empregos sendo o uso da máquina apontada como a causa.

Logo, a relação entre os meios de produção e a força de trabalho no processo produtivo destacaria a não criação novos valores pelos meios de produção, apenas transferem seu valor à mercadoria transformada, logo a parte que é investida nesse reaparece no valor final da mercadoria, sendo tal repartição denominada de capital constante. O tempo de trabalho do trabalhador se desdobra em duas partes numa delas, o trabalhador produz o valor correspondente a sua reprodução, sendo esta, o valor que equivale o salário que recebe, denominado tempo de trabalho necessário. Na outra parte, ele produz o excedente que lhe é tirado pelo capitalista, tal parte denomina-se tempo de trabalho excedente. Justamente onde se encontra o segredo da produção capitalista, este compra força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo seu valor de uso, assim, se parte investida em meios de produção constitui o capital constante; a parte que é investida na compra de força de trabalho se intitula capital variável, uma vez que a força de trabalho além de produzir seu próprio valor cria um valor excedente.

Com o fortalecimento do capitalismo e a industrialização, há um aumento da retirada do mais-valor, parte do trabalho que não é remunerada. Historicamente a cada máquina nova, o mais-valor se acumula, conseqüentemente o trabalho intensifica, criando mais lucro e ocultação por parte do capitalista.

Neste cenário, percebe-se que o processo de acumulação do capital produziu e produz reflexos terríveis para o proletariado tais como: a propagação das desigualdades sociais, riscos para a saúde, pouca possibilidade de desenvolver projetos de cunho pessoal. Entretanto, percebemos o quão grande é o desafio para unir a classe trabalhadora na coexistência, em decorrência de tantos fatores complexos, heterogêneos, fragmentados e precarizados. Existe uma interdependência de forças entre trabalho e capital, em um processo dialético intercalado por progressos onde muitas vezes se percebe os retrocessos. Isso acontece em determinados períodos históricos de acordo com as necessidades do capital, mas em nada modifica as divergências entre capital e trabalho, que continua a ser central nessa sociedade e o sistema capitalista como sendo o único culpado pela pauperização do trabalhador.

### **3. O SURGIMENTO DE UMA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA AINDA MAIS SISTÊMICA.**

Implantada nas indústrias mundiais, o método da administração científica taylorista/fordista em seu ápice já não perpassara por seus melhores momentos, dos anos de 73 em diante, historicamente, mostra-se na escala macroeconômica global os primeiros entraves produtivos que permeiam desde oscilações cambiais a crises petrolíferas globais, as empresas agora buscam como nova forma de competitividade a personalização e a qualificação de seus produtos, a produção em massa ainda se mostra presente, mas já não tivera a força do pós-45, devido o deslocamento do consumo. O quadro adotado pelas administrações científicas em adotar profissionais apáticos torna-se um tormento para o novo mercado de mão-de-obra, assim como a centralização e verticalização da linha de trabalho. A junção desses fatores fez crescente a busca por novos métodos de produção capazes de suprir as necessidades do novo mercado, concretizando essa busca pelo sistema Toyota de produção que permitira a produção enxuta e flexível, desverticalização e subcontratação de empresas e utilização de uma força de trabalho polivalente. A adoção deste método se fez crescente e em rápida escala vista a expansão das fronteiras comercial e diagnóstica para os problemas relacionados aos métodos anteriores.

Ao Estado caberá estabelecer a negociação entre as empresas e o assalariado, a nova estrutura organizacional necessita de um amparo estatal para a sua implantação tanto na esfera macro quanto micro econômica e para a sua aplicação frente às relações sociais,

a interferência deste se mostra presente e impactante nas esferas econômicas e de políticas sociais através de uma série de medidas flexibilizadoras com base no ajuste nacional das contas, reduziu-se os direitos básicos dos trabalhadores e os engessou tomando como medida desde o enfraquecimento das atividades sindicais até a atribuição de responsabilidade aos trabalhadores pelo aumento de custos produtivos. O impacto destas medidas seria a intensificação de distinção da classe trabalhadora em dois grupos.

Se por um lado há trabalhadores efetivos, cujas ocupações na maioria dos casos procedem aos altos cargos em empresas líderes, por outro, há trabalhadores contratados temporariamente, cujas precariedades de reprodução lhes refletem em todos os aspectos, principalmente quanto a representação sindical. O sindicato por consequência adquire o espírito neocorporativista e se enfraquece os movimentos de sindicalização, o poder das greves agora já não alcançara os impactos de antes, estão os trabalhadores dissolvidos e rendidos pelas corporações.

A sintética metodologia taylorista, a produtividade em massa fordista e a flexibilização toyotista, todas elas assim como as árvores, germinam, amadurecem e entram em decadência, os trabalhadores como seres, apesar de todas as articulações científicas capitalistas, apresentaram a perda de seus sinais enquanto cidadão, a negação do sistema, o aumento do absenteísmo, a perda produtiva e a pauperização das suas relações sociais, apesar da crescente mais valia pelo mesmo produzido. A ordenação do sistema por novos modelos de proletariados já demonstrara no ápice de todo desenvolvimento a intensificação sangrenta da absorção do capital excedente e seu desleixo para com a classe proletária.

Ao longo do processo de consolidação do sistema capitalista, a intervenção do Estado moderno foi essencial para a implantação e a expansão desse modo de produção. Seja através do gerenciamento de políticas públicas, concessão de créditos, mediação visando à superação de crises, retração de direitos sociais etc.

O Estado burguês é o alicerce político da prosperidade do capitalismo, assim não sendo apenas um acessório do capital, mas o principal intermediário para a manutenção desse sistema. Dessa forma, o aparelho estatal submisso aos interesses do capital (e atendendo a lógica mercantil), procura criar condições para a manutenção e reprodução do capitalismo. “Isto é importante porque, para prosseguir com sua expansão impulsionada pela acumulação, o sistema do capital pressupõe subordinação da sociedade a seus objetivos, nas funções produtivas, distributivas” (LIRA, 2005, p.02). Através de reformas e mecanismos de caráter (neo) liberais, (as quais têm como fundamento alterar os processos de trabalho) o Estado representa os interesses da classe dominante na sociedade civil.

As consequências desse processo de reestruturação produtiva, da flexibilização, da terceirização econômica e da informalização das relações de trabalho propiciaram maior exploração da força de trabalho, e, conseqüentemente a precarização das relações de trabalho. O vínculo entre trabalho, desigualdade e pobreza nos remete a análise macroeconômica e desregulamentação das relações de trabalho, “quando é necessário analisar a tríade crescimento – desigualdade – pobreza”. (LIRA, 2003, p. 05)

#### **4. A INDIFERENÇA SOCIAL E SEXUAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Nossa premissa analítica até então demonstra os viés político-econômico para com a maximização dos monopólios menosprezando o caráter básico do trabalhador, sua dignidade, o trabalho, sendo a categoria que forma o mundo e que humaniza o homem. Sendo uma categoria central em toda e qualquer sociedade, não escolhe o ser ou sua sexualidade. Historicamente, tanto homens quanto mulheres apropriaram-se do trabalho para obter a extração de subsistência através dele, mas em contrapartida, o trabalho se apropriou do ser para humanizá-lo e fundar o mundo.

Enquanto a extração de mais valor era inexistente no processo do trabalho, esta categoria seguia humanizando o ser. Mas, com o advento do sistema capitalista e o surgimento da maquinaria, inicia-se um processo de exploração tendo como objetivos insuperáveis absorção e acumulação de mais valor procedente da exploração do trabalho através de jornadas de desumanas.

Se a maquinaria é o meio mais poderoso para aumentar a produtividade do trabalho, isto é, para diminuir o tempo de trabalho necessário a produção de uma mercadoria, em mãos do capital torna-se ela, de início nos ramos industriais de que diretamente se apodera, o meio mais potente para prolongar a jornada de trabalho além de todos os limites estabelecidos pela natureza humana” (MARXS, 2012. p. 460)

A revolução que as máquinas fizeram na indústria estabeleceu contornos de desigualdade em toda a população. A máquina substitui a força humana fazendo com que em pouquíssimo tempo vários empregados sejam demitidos dando lugar a uma paisagem de fome, miséria e doenças a pauperização tomava conta da sociedade proletária daquela época.

Agora o homem pai de família, com o salário que recebia de suas alucinantes jornadas intermináveis de trabalho não consegue manter sua família surgindo assim o que Marx e Engels irão chamar de “a livre disposição da força de trabalho de outrem” Basicamente os homens vendiam agora não a sua própria força de trabalho, mas passavam a vender a força de trabalho de toda a sua família, por valores quase insignificantes, já que

o valor da mão de obra de mulheres e crianças eram bem menores, comparadas a de homens.

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos. (SAFFIOTH, 2013, p. 67).

De 1914 a 1945, nasce uma contradição; as mulheres que não eram valorizadas no campo do trabalho passam agora a assumir postos de trabalho em lugar dos homens, que nesse período estavam à frente de batalha da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Contudo, ao fim da guerra e a volta dos homens ao mercado de trabalho, se vincula e novamente enfatiza e que o lugar de honra da mulher é no lar.

Durante os processos de intensificação do trabalho modelos taylorista, fordista e toyotista os movimentos feministas permaneciam em constante embate para melhores condições e melhores salários. Com a ascensão do modelo toyotista e a flexibilização do trabalho novamente usa-se, com teor exploratório o trabalho feminino.

Em uma análise contemporânea, a mulher assume no mundo do trabalho os lugares mais desqualificados, de menor remuneração ou de pouca exigência. Cabem sempre ao homem os postos de liderança e incumbências de maiores responsabilidades. A precarização ou pauperização que se ver hoje no mundo do trabalho feminino difere-se dos padrões de pauperismo do século XIX, mas a pouca representatividade do segmento feminino pelos sindicatos e o processo de flexibilização do trabalho expõe essas mulheres a condições trabalhistas e de trabalho desfavoráveis.

Sem apresentar um viés de que a sociedade munida de uma herança machista personifica na mulher até os dias atuais o jugo de ser supermãe, a reprodutora da força de trabalho de seu marido e filhos, a dona de casa exemplar que mesmo mediante a tudo que citamos em linhas anteriores precisa lavar passar varrer, cozinhar e voltar ao trabalho no dia seguinte.

## **5. A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA**

Em meio a precarização do trabalho, o trabalhador buscou alguns meios de combater essas más condições e exploração as quais vivenciavam, se dando muitas vezes através dos sindicatos, onde se buscou uma organização para juntos obterem melhores condições de trabalho.

Historicamente, o sindicato tem como atuação e propósito imediato à luta contra os rebaixamentos dos salários a níveis mais baixos do mínimo, combate a extensiva jornada de trabalho, reconhecimento e legitimação dos direitos básicos há reprodução do trabalhador tendo como uma de seus maiores recursos para se impor nessas batalhas o movimento

grevista, como encontramos em Agüena: “Os sindicatos têm por fim impedir que o nível de salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo do seu valor.” (AGÜENA, 2008, p. 63)

Na visão de Marx, os sindicatos como também outras organizações seria um meio para a transformação de toda a sociedade. Para além de sua função imediata ele via nos sindicatos uma organização com potencial para organizar todos os trabalhadores em busca da emancipação política e humana.

Através da consciência sindical e da consciência de classe, sendo essa última entendida como a que faz a transição da consciência em si para uma consciência pra si, desenvolvendo dessa forma, a consciência de classe, esta que busca obviamente compreender, diferentemente do “senso comum” as causas dos fenômenos, em uma visão de totalidade. Sendo que essa representa, o máximo de consciência possível, que é entendida como o conhecimento científico da realidade e dos fundamentos da vida social, em uma dada época (Montaño e Duriguetto, 2010).

É com os processos de lutas que é instaurada a luta de classes, sendo que através do modo de produção capitalista, que é regido pela lei geral da acumulação que são construídas o “chão” dessas lutas, as circunstâncias com que as classes se defrontam diariamente. Com essa análise que surge então a polarização das duas classes fundamentais e antagônicas, sendo elas: trabalhadora e capitalista.

E Segundo Montaño e Duriguetto (2010), é a partir das análises da consciência sindical e da consciência de classe, sendo que podem se desenvolver dois tipos de lutas de classes, a sindical e a revolucionária, e uma não é necessariamente antagônica ou excludente da outra.

Em se tratando das lutas de classes Montaño e Duriguetto:

Como nas análises das classes e da consciência, no entanto, também no estudo das lutas de classes e sociais a verificação de uma dinâmica social, de uma cotidianidade, heterogênea e diversificada, não nega – muito pelo contrário, pressupõe – os fundamentos estruturais do MPC: a polarização das classes fundamentais e a contradição ineliminável de seus interesses, a partir da exploração de uma classe por outra. A tendência à polarização estrutural e a diversidade e heterogeneidade na dinâmica social representam, portanto, níveis de manifestação e de análise diferentes. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010. p.177).

E assevera novamente sobre o tema:

Consideramos que as “lutas sociais”, inclusive aquelas orientadas mais diretamente às manifestações e não ao cerne da “questão social”, representam desdobramentos das “lutas de classes” mesmo tendo objetivos imediatos diferentes (p.ex: a luta pela instalação de uma creche comunitária não se desenvolve igual forma que uma luta por melhores salários, nem se utiliza dos instrumentos dessa, como a greve). Mas na medida em que estas diversas “problemáticas” são manifestações, seqüelas da “questão social”, ou



seja, fundadas na contradição capital-trabalho, as lutas desenvolvidas em torno delas não podem ser entendidas realmente se desconsiderarmos tal contradição fundante do MPC, se autonomizarmos ou isolarmos da “questão social” suas manifestações. Sustentamos, portanto, que independentemente do grau de conhecimento e imagem que atores e analistas tenham das várias formas de lutas sociais, elas são expressões das lutas de classes. Assim, ao pensarmos estas últimas não podemos desprezar as diversas lutas sociais. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p.170).

Neste sentido, vemos que o foco central de ação dos sindicatos é assegurar com que o mínimo das condições salariais seja respeitado e cumprido por parte dos compradores da força de trabalho. Entretanto para Gramsci, se teria uma concepção um pouco mais elaborada quanto aos sindicatos:

O sindicato não é esta ou aquela definição do sindicato: um sindicato se torna uma determinada definição, ou seja, assume uma determinada figura histórica na medida em que as forças e as vontades operárias que o constituem lhe imprimem uma específica orientação e põem como meta da sua ação o objetivo que foi afirmado na definição. (GRAMSCI, 2004, p. 367)

Considerando este argumento, vemos que para Gramsci, os sindicatos se constituem numa forma coletiva de força de trabalho, que no capitalismo assume o objetivo de dirigir e organizar os operários para se obter um equilíbrio que favoreça a classe trabalhadora na luta contra grande capital.

Os sindicatos conquistaram uma legalidade, esta que lhes permitem acordos, compromissos com os proprietários da força de trabalho em favor dos trabalhadores. No entanto, está mesma legalidade limita as ações sindicais, visto que o mesmo não prepara a classe trabalhadora para uma ofensiva contra o capital, ou seja, não se tem perspectiva revolucionária, visando à emancipação humana. Entretanto, é válido ressaltar que o sindicato pode ser revolucionário, porém dentro dos limites da legalidade industrial.

Sendo assim, o sindicato seria algo mais burocrático e específico em questões do trabalhador em geral, mas não podendo ser base de poder da classe trabalhadora, deixando claro que a natureza sindical é se colocar na defensiva ao capital.

A ação sindical se revela assim absolutamente incapaz de superar, em seu terreno e com seus meios, a sociedade capitalista; revela-se incapaz de conduzir o proletariado à sua emancipação, à realização da meta superior e universal que se havia inicialmente proposto. (GRAMSCI, 2004, p. 294)

Contudo, todas essas limitações dos sindicatos ocorrem dentro de uma lógica capitalista, onde se tem uma forma “fetichista” do salário. Todavia, não podemos esquecer que eles atuam para uma união, sendo os pertencentes desta, nem todos possuem uma consciência de classe, o que muitas vezes impossibilita uma ação sindical mais combativa.

Neste sentido, se atualmente os sindicatos se preocupam com as demandas locais, combatendo a investidas contra a classe operária do capital, seu futuro deve visar:

Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua emancipação radical. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência. (AGUENA, 2008, p. 92)

## CONCLUSÃO

Dessa forma, é evidente que as condições precárias de trabalho irão refletir na vida cotidiana do trabalhador. Além disso, a saúde física e mental também será comprometida, pois tanto na agricultura moderna, como na indústria moderna, o aumento da força produtiva e a expansão do trabalho, resultaram na degradação física, psíquica e moral de quem dispõe a força de trabalho, a classe trabalhadora.

A dominação do capital sobre os meios de subsistência é intrínseca ao sistema. Segundo Gramsci, é necessário que a classe trabalhadora se reconheça como classe dentro da totalidade social, tomando para si, a consciência classista. Somente uma classe trabalhadora munida de sua consciência de classe poderá extinguir posteriormente a quebra da ordem vigente, visando a emancipação humana negando a exploração do sistema capitalista.

Contudo, percebe-se que, toda essa evolução capitalista demonstra não só o dom do capital de explorar o trabalhador, mas também a capacidade de exaurir o solo em prol do seu próprio desenvolvimento. Parafraseando o autor, Karl Marx “a produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2010, p. 570).

## REFERÊNCIAS

AGUENA, Paulo. **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Vol. 1/1910-1920. Organização e tradução Carlos Néelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **O Estado e o processo de precarização do trabalho no Brasil**.

Disponível em:

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Izabel\\_Cristina\\_Dias\\_Lira251.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Izabel_Cristina_Dias_Lira251.pdf)> Acesso em: 26 nov. 2017.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: \_\_\_\_ **O Capital**: crítica da economia política. Livro I - 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Cap. 13.

\_\_\_\_\_. **O Capital** . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012, p.460.

MONTAÑO E DURIGUETTO. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toytismo. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TISESCU, Alessandra Devulsky. **Estado e capitalismo**: uma reflexão sobre os seus fundamentos de acordo com a teoria da regulação.

Disponível em:

< <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b2af218c67338fe> > Acesso em: 27 nov. 2017.